



**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – SERVIÇOS CONTINUADOS – Nº 90011/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 09/07/2026**

**HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 10:30 horas**

**LOCAL: Câmara Municipal de Resende-RJ [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) “Acesso Identificado”**

**ÍNDICE**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**
- 3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO**
- 5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6. DO CREDENCIAMENTO**
- 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 8. DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO**
- 9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**
- 10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA**
- 11. DA NEGOCIAÇÃO**
- 12. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 13. DA HABILITAÇÃO**
- 14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**
- 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 16. DO TERMO DE CONTRATO**
- 17. DO PAGAMENTO**
- 18. DO REAJUSTE**
- 19. DA FONTE DE RECURSOS**
- 20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**
- 21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 22. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

A Câmara Municipal de Resende, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 32.504.664/0001-84, sediada à Praça Dr. Oliveira Botelho nº 262 – centro – Resende – Rio de Janeiro, por intermédio do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Resende, Alessandro Soares Ritton, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para atender à solicitação do Departamento de Informática da Câmara Municipal de Resende, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA**, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Resende-RJ.

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – R\$146.739,22 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos).**

#### DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

09 de julho de 2026 às 10h30min

UASG: 927828 – CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

Local da Sessão Pública: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, IN nº 73 SEGES/ME de 30 de setembro de 2022 e Ato nº 073 de 22 de maio de 2026, da Câmara Municipal de Resende/RJ, e legislação complementar aplicável.

São Pregoeiros da CMR/RJ, na qualidade de Agentes de Contratação, o servidor Alberto Angelo de Assis, auxiliados pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados através do Ato nº 063/2026 de 04 de maio de 2026 da Câmara Municipal de Resende, publicado no BOCMR.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa à contratação de prestação de serviços, conforme descrição e condições especificadas no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1)** e de acordo com as condições contidas no **Termo de Referência – Anexo V**, que fará parte do Contrato como Anexo.

1.2. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.cmresende.rj.gov.br/licitacoes.php](http://www.cmresende.rj.gov.br/licitacoes.php).

1.3. A licitação será POR ITEM, conforme tabela do ANEXO V do edital, facultando-se ao licitante a participação de seu interesse.

1.4. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito na **Relação de Itens do Sistema ComprasGov (CATMAT)** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

1.5. As informações administrativas relativas a este Edital poderão o ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos pelo telefone (24) 3354-9281.

1.6. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado será prestada pelo Departamento de Informática CMR/RJ, telefone (24) 3354-9269.

### **2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

2.1. O Edital poderá ser obtido no site referido no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.

2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço indicado no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação dos interessados previamente credenciados conforme item 6 deste Edital.

### **3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO**

3.1. Na data e horário designados no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1)** será aberta sessão pública pelo pregoeiro.

3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

4.1.1. qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital, cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, observado o disposto no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1)**;

4.1.2. pessoa física que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital.

4.1.3. consórcio, desde que previsto no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3)**.

4.1.4. cooperativas de trabalho, nas condições previstas no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.4)**.

4.1.5. empresa estrangeira, desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2. Não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

4.2.1. pessoa física ou jurídica que se encontre impossibilitada de contratar com o Poder Público em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, que não possui vínculo familiar



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

e/ou de parentesco com os Servidores e Agentes Públicos do Poder Legislativo Municipal, estando ciente da vedação disposta no artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Resende;

4.2.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2.5. Sob Processo de Falência ou Recuperação judicial; exceto empresa em recuperação judicial que apresente Certidão emitida pela instância judicial competente acompanhada do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os demais requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;

4.3. O impedimento de que trata o item 4.2.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. Em procedimentos e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Não poderá haver licitante com mais de uma proposta por item/lote.

4.6. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

### **5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Para fins de obtenção do tratamento diferenciado nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, previsto nos artigos 42 a 49, quando do envio da proposta inicial o licitante deve declarar eletronicamente em campo próprio do sistema:

5.1.1. que possui enquadramento empresarial como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

5.1.2. que no ano-calendário de realização desta licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

5.2. A ausência dessas declarações no momento do envio da proposta, significará a renúncia da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de utilizar-se das prerrogativas a ela concedida pela Lei Complementar federal nº 123/2006, conforme previsto nesta CGL.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

5.4. Ocorrendo o empate nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.5. No caso de não contratação à Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte serão convocadas as remanescentes de mesmo enquadramento empresarial que se encontrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito.

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento empresarial, o objeto da licitação será adjudicado para o licitante que originalmente apresentou o melhor lance.

5.6. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.

5.7. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedora da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 5.3 e 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

5.10. Observar o disposto no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1)** quanto ao tratamento preferencial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na hipótese do art. 4º, § 1º, I da Lei Federal 14133/2021.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar na presente licitação, empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

### **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão conforme **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1)**, exclusivamente no sistema eletrônico referido no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior ao disposto no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2)**, a contar da data da abertura da licitação.

7.2.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se o do **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2)**.

7.3. A proposta de preços inicial deverá conter a descrição detalhada dos serviços ofertados em conformidade com o anexo -II Modelo de Proposta.

7.4. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta já consideradas incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.5. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.5.1. que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste Edital;

7.5.2. que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

7.5.3. que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

7.5.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

7.5.5. que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades elencadas no item 22 deste Edital, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.5.6. que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, conforme itens 4 e 5 deste Edital, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

7.5.7. que possui ou não enquadramento empresarial como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para fins de obtenção do tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, se for o caso;

7.5.8. que, em sendo ME/EPP, possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário de realização desta licitação, se for o caso;

7.5.9. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

- 7.5.10. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação.
- 7.7. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.
- 7.8. Até data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.9. **Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.**
- 7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.12. Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 7.13. Não será admitida a subcontratação para do objeto para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme disposto no art. 48, inc. II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 7.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 7.15. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.16. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 7.3 deste Edital.
- 7.17. As propostas deverão, sempre que possível, a descrição detalhada dos serviços ofertados.
- 7.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico informado no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.

## **8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA**

- 8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado.
- 8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos licitantes.

8.6. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

### **9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

9.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### **10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA**

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1)**.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou *e-mail*.

10.3. O Critério de Julgamento será conforme o **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 10.3)**.

10.4. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.

10.4.1. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

10.5. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances pelo **MENOR PREÇO**, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor.

10.5.1. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem superiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo previsto no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 10.12.1)**.

10.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.5.3. Será permitida a apresentação de lances intermediários.

10.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo pregoeiro.

10.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.8. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

10.9. A disputa ocorrerá pelo **MODO ABERTO**.

10.10. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.10.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.10.2. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no **subitem 10.10** deste Edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.10.3. No caso de a sessão encerrar sem prorrogação automática, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances conforme **subitem 10.10**, mediante justificativa.

10.11. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, conforme **subitem 10.10**, para a definição das demais colocações.

10.12. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no **item 5** deste Edital, se for o caso.

10.12.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**. Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 10.12.1)

10.13. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no Art. 60 da Lei Federal 14.133/24, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes do cenário de empate serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO**

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

12.1. O pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar, para, em prazo não inferior a 02 (duas) horas, encaminhar, por meio eletrônico - **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 7.2)** - a proposta de preço.

12.1.1. A proposta de preços fará parte do contrato, como seu anexo.

12.1.2. O pregoeiro verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

12.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão.

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6.1. os preços deverão estar de acordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 12.6.1)**.

12.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.8. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao pregoeiro realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.

12.8.1. Será considerada inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

12.9. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do edital e ofertar o menor preço, considerando o previsto no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS**.

12.10. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

13.1. O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas.

13.1.1. Os documentos devem ser apresentados através de *upload* em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado.

13.2. São exigidos os documentos de habilitação abaixo discriminados.

#### **13.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:**

13.3.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;

d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/02, deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o Estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

### **13.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

13.4.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

13.4.2. Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

13.4.3. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

13.4.3.1. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

13.4.3.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021

### 13.5. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

13.5.1. A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, com foco em manutenção de infraestrutura rede de TIC e manutenção de equipamentos de TIC.

a) Todos os serviços deverão ser prestados por técnico(s) devidamente capacitado(s). Por isso, serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação e/ou com certificação profissional, com mínimo 2 (dois) anos de experiência.

13.5.1.1. Os Atestados deverão contemplar no mínimo as seguintes informações: **Identificação do contrato; Descrição dos serviços prestados; Vigência do contrato; Assinatura e identificação do signatário (Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado, telefone ou e-mail de contato); Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de prazos, além de qualidade dos serviços prestados;**

13.5.1.2. Em se tratando de Contratação de Serviços Contínuos, conforme § 5º do Art. 67 da Lei 14.133/2021, para a habilitação o LICITANTE deverá apresentar certidão que demonstre a execução de serviços correlatos ao objeto licitado, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 2 (dois)



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

anos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

13.5.1.3. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

13.5.1.4. A critério da Administração poderá ser necessário diligenciar à pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações objetivas sobre o serviço prestado. Se for encontrada divergência entre o especificado nos atestados ou certificados de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

13.5.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

13.5.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.5.2. Os atestados deverão referir-se a fornecimentos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.5.2.1. A LICITANTE disponibilizara todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade dos atestados.

13.5.3. Os documentos exigidos neste item que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

13.5.4. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 13.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação o pelo sistema.

13.5.5. O prazo do item 13.1 poderá ser prorrogado por igual período pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal por parte da licitante e antes de encerrado o prazo inicial.

13.5.6. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

13.5.6.1. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

13.5.7. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

13.5.8. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça Doutor Oliveira Botelho, 262, Centro - Resende – RJ - CEP 27.511-120, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

13.5.9. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

13.5.10. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o hora rio do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

13.5.11. O prazo para envio dos documentos e de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema.

13.5.12. O prazo do item 13.5.4 poderá ser prorrogado por igual período pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal por parte da licitante e antes de encerrado o prazo inicial.

13.5.13. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

13.5.14. Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

13.5.15. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista devera o estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.5.16. Os documentos relativos à habilitação técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

13.5.17. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

13.5.18. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, devera o apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

13.5.19. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

13.5.20. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

13.5.21. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor na o será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

13.5.22. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado (ex: ART, RRT, CAT, atestados, etc).

13.5.23. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação a primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

13.5.24. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior a data de aplicação da sanção de suspensão o/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade ou proximidade de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

13.5.25. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

13.5.26. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitara a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatara o fato a autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

### **13.6. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

13.6.1. Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa aos últimos 2 (dois) exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

13.6.2.1- Para fins do subitem 13.6.1, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar impressos o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

13.6.3 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

13.6.4 - Os documentos exigidos nos subitens 13.6.1 a 13.6.2 deverão comprovar:

13.6.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

13.6.4.1.1 - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

13.6.4.1.2 – Na hipótese de a licitante apresentar resultado menor que 1 (um) para os índices de liquidez ou de apresentar resultado superior a 1 (um) para os índices de endividamento o licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

13.6.4.2. No caso de Microempreendedor Individual (MEI), deverá apresentar ainda:

13.6.4.3. - Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI);



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

13.6.4.4. - Declaração Anual do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) dos 2 (dois) últimos exercícios;

13.6.4.5. - No caso de Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME) optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar ainda:

13.6.4.6. - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) dos 2 (dois) últimos exercícios;

### **13.7. Documentos Complementares:**

13.7.1- Previstos no Termo de Referência;

13.7.2- Relacionados no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3)** no caso de Consórcio;

13.7.3- Relacionados no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.4)** no caso de Cooperativa de Trabalho.

13.8. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ/CPF.

13.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

13.10. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

13.11.1. Caso a data do julgamento da habilitação não coincida com a data da abertura da sessão, e não seja possível ao pregoeiro verificar a validade dos documentos por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.11.2. A convocação para saneamento não afasta a exigência de que o licitante comprove atendimento às condições de habilitação na data legalmente exigida, admitindo-se correção de folhas formais e a juntada de documento apto a demonstrar condições preexistente conforme art. 64 da Lei 14.133/2021.

13.12. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

**13.13. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema.**

13.14. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas.

13.15. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**13.15.1. Serão inabilitados os licitantes que não comprovarem sua habilitação mediante a apresentação dos documentos exigidos neste Edital, ou que apresentarem documentação em desacordo com suas exigências, ressalvada as hipóteses de saneamento previsto no item 23.4**

13.15.2. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos descritos no item 11 deste Edital, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

## **14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no endereço indicado no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.

14.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável, decidir sobre o pedido de esclarecimento ou a impugnação, no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.1.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

14.2. Após as etapas de classificação e habilitação, os licitantes receberão notificação pelo sistema, para, querendo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, obrigatoriamente via sistema eletrônico, no prazo de até 10 (dez) minutos, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que o recurso terá efeito suspensivo.

14.2.1. A falta de manifestação acerca da intenção de recorrer, nos termos previstos neste Edital, importará a decadência desse direito.

14.2.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da aceitabilidade da intenção de recorrer, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente via sistema em que foi realizada a disputa – **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão.

14.3.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos.

14.3.2. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender às demais condições para a sua admissibilidade.

14.3.3. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. O objeto será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

15.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.

### **16. DO TERMO DE CONTRATO**

16.1. O adjudicatário terá o prazo previsto no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 16.1)**, após formalmente convocado, para assinar o contrato, se houver.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica.

16.3. O prazo previsto no subitem 16.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. O prazo de vigência da contratação e de 01 (um) ano, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4.1. Havendo assinatura de Termo de Contrato, a contagem do prazo de entrega inicia a partir da data estabelecida na ordem de início.

16.4.2. Quando o Termo de Contrato for substituído pela nota de empenho, a contagem do prazo de entrega inicia na data em que a nota de empenho for disponibilizada pela Contratante.

16.5. A prorrogação dos prazos de entrega será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, pelo contratante, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.7.1. Caso o adjudicatário não assine o contrato, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos licitantes remanescentes.

16.7.2. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.7, a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

16.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.8, a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

16.10. Na hipótese do subitem 16.9, o licitante remanescente convocado fica obrigado a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.11. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação, conforme item 13 deste Edital.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

### **17. DO PAGAMENTO DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

17.1. As condições para pagamento são as previstas no **Anexo IV – FOLHA DE DADOS (CGL 17.1)**.

17.2. O prazo de vigência da contratação e de 01 (um) ano, contados a partir da XX/XX/2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam na minuta do contrato.

### **18. DO REAJUSTE**

18.1. O contrato decorrente desta Licitação poderá ser reajustado, decorrido o prazo de 01 (um) ano da apresentação da proposta, nos moldes do art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/21, a fim de preservar a equação econômico-financeira da relação jurídica, em face da variação ordinária de custos, caso em que será aplicado o índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI).

18.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando situação econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revista, com a alteração do preço contratual para mais ou para menos, conforme o caso – através de termo aditivo – para que se mantenha o equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, nas situações previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

18.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

18.4. Acaso venha excepcionalmente a solicitar a revisão de preços, a Contratada deverá demonstrar efetivamente a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação idônea correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem efetivamente a afetação da equação financeira inicial.

18.5. O pedido deverá ser protocolado diretamente junto a Câmara de Vereadores do Município de Resende/RJ.

### **19. DA FONTE DE RECURSOS**

19.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 19.1)**.

### **20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

20.1. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas especificadamente no Contrato e no Termo de Referência, conforme previsto no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 20.1)**.

### **21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes dos art. 96 a 98 da Lei 14133/2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, contados da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

21.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.3.1. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

21.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual;

21.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.6. A Contratada poderá apresentar uma das seguintes modalidades de garantia, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

21.1.2. A garantia na modalidade seguro-garantia deverá ser apresentada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, sem prejuízo da possibilidade de apresentação em prazo inferior a este, desde que esteja a apólice adequada às disposições legais afetas à matéria.

21.1.3. A apólice do seguro garantia deverá apresentar validade durante a execução do contrato e até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença.

21.1.4. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

21.1.5. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

21.1.6. A apólice de seguro garantia deverá apresentar validade durante o período de vigência do Contrato, até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

21.1.7. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

21.1. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da lei nº 14.133/2021.

21.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

21.3. Havendo revisão do valor contratado ou alteração que implique no aumento quantitativo do objeto do Contrato, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção;

21.4. Em caso de apresentação de fiança bancária, na carta de fiança deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do art. 827 do Novo Código Civil Brasileiro, e conter cláusula de atualização.

21.5. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada, desde já, obriga-se a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data do recebimento da comunicação da Contratante.

21.6. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores vinculados a CMR/RJ contratante, conforme artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Resende, e alterações posteriores.

21.7. A garantia em dinheiro deverá ser realizada, em conta específica, com correção monetária, devendo a empresa **CONTRATADA** apresentar a apólice de garantia.

21.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.12. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.13. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

21.14. A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento e na legislação aplicável.

## **22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **22.1. Das Infrações Administrativas**

22.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

- 22.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 22.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 22.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 22.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 22.1.1.5. não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 22.1.1.6. não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 22.1.1.7. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 22.1.1.8. apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 22.1.1.9. fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 22.1.1.10. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 22.1.1.11. pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.1.12. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **22.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

22.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **22.3. Da Aplicação das Sanções**

22.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.3.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

22.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

22.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

22.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

22.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22.3.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.4. Poderão ser aplicadas as seguintes multas, conforme a gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
2	5% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
3	7% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
4	10% SOBRE O VALOR DO EMPENHO
5	10% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO, MAIS 5% AO DIA SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
6	30% SOBRE O VALOR DO PRODUTO A SER GARANTIDO, MAIS 2% AO DIA POR ATRASO SOBRE O VALOR DO PRODUTO.
7	20% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO.

22.5. Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA	GRAU
PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA.	5
SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, O FORNECIMENTO/ENTREGA DOS PRODUTOS POR DIA E POR NOTA DE EMPENHO.	3
ATRASAR A ENTREGA INJUSTIFICADAMENTE, POR EMPENHO E POR DIA	2
ENTREGAR PRODUTO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E PROPOSTA SEM MOTIVO JUSTIFICADO; POR OCORRÊNCIA	4
ENTREGAR PRODUTOS USADOS, RECONDICIONADOS E OU REMANUFATURADOS, POR PRODUTO.	4
ENTREGAR PRODUTO MAL EMBALADO OU COM EMBALAGEM DANIFICADA E OU VIOLADA, POR OCORRÊNCIA	2
ENTREGAR PRODUTO COM APRESENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM A DESCRITA NO EDITAL, POR OCORRÊNCIA.	2
FORNECER INFORMAÇÃO PÉRFIDA DE SERVIÇO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL; POR OCORRÊNCIA.	2
REUTILIZAR MATERIAL, PEÇA OU EQUIPAMENTO SEM ANUÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA.	3
DER CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DA ATA/CONTRATO	7
<b>AINDA, DEIXAR DE:</b>	
ZELAR PELAS INSTALAÇÕES DA CMR/RJ NO MOMENTO DA ENTREGA, POR OCORRÊNCIA.	1
CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	1
MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA; POR ITEM, POR OCORRÊNCIA.	1
CUMPRIR HORÁRIO DE ENTREGA ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA	1
CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS FUNCIONÁRIOS; POR	2



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

OCORRÊNCIA.	
CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	2
SUBSTITUIR OS PRODUTOS, ÀS SUAS CUSTAS, QUANDO PROTEGIDO PELA RESPECTIVA GARANTIA.	6

22.6. A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata/contrato com esse fornecedor.

22.7. O valor da multa poderá ser descontado dos valores devidos à contratada.

22.8. Se os valores devidos forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

22.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

23.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos e do vencedor da licitação;

23.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

23.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

23.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.4.1. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

23.5. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no **Anexo IV - FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**, sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

23.6. O contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

23.9. O adjudicatário está sujeito a observação e cumprimento de todas as cláusulas previstas no Termo de Contrato – Anexo I, mesmo na hipótese de sua substituição por outro instrumento hábil.

23.10. O Órgão Contratante poderá anular ou cancelar a licitação, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

23.11. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

23.12. Prevalecerão as disposições deste Edital, em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.

23.13. Fica eleito o foro da Comarca de Resende, Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou aos seus anexos.

23.14. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

<b>ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO</b>
<b>ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL</b>
<b>ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA</b>
<b>ANEXO IV – FOLHA DE DADOS</b>
<b>ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA</b>
<b>ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO</b>

Resende/RJ, 23 de junho de 2026.

**Alessandro Soares Ritton**  
Presidente





## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

PE Nº 90011/2026

### ANEXO I

**CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE E A EMPRESA XXXX.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE**, com sede na Praça Doutor Oliveira Botelho, 262, Centro, nesta Cidade, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n.º 32.504.664/0001-84, doravante designado, simplesmente, de **CMR**, neste ato por seu Presidente, Alessandro Soares Ritton, e a empresa **XXX**, com sede à XXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **xxxx**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por xxxx, brasileiro, natural de XXXX, [estado civil], nascido em xx/xx/xx, [profissão], portador do CPF nº xxxx e da carteira de identidade nº xxxx, expedida pelo xxxx, residente e domiciliado à xxxx, resolvem celebrar a presente **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA** com fundamento no processo administrativo nº 122/2026, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133/2021 e alterações, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1.1.** O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA** a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Resende, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e Termo de Referência.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o **Termo de Referência**, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2026, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	27103	CENTRAL DE SERVIÇOS DE TIC	MESES	12	R\$	R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1.1	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	MESES	12		
1.2	MANUTENÇÃO DA REDE ESTRUTURADA	MESES	12		

**1.2** Vinculam esta contratação independentemente de transcrição:

**1.2.1** O Termo de Referência;

**1.2.2.** O Edital da Licitação;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

1.2.3 Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

**2.1.** A solução a ser contratada consiste na **prestação de serviços técnicos continuados de manutenção e suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). De natureza contínua e sem a dedicação exclusiva de mão de obra.**

**2.2.** A duração do contrato está restrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sendo que sua **vigência inicial será de 1(um) ano**, conforme Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme **artigo 107 da Lei 14.133/2021.**

ITEM	CÓDIGO CATMAT /CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT/UNIDADE
1	27103	Serviços de Manutenção e Reparação de Computadores e seus Periféricos	12
2	26999	Serviços de Gerenciamento de Redes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	12

### 2.3. Detalhamento da Solução

A solução compreende um conjunto integrado de serviços, executados por profissional ou equipe técnica qualificada nas dependências da **Câmara Municipal de Resende**. O escopo abrange três pilares principais

#### 2.3.1. Manutenção e Suporte à Infraestrutura de TIC:

**a) Manutenção Preventiva e Corretiva de Hardware:** Atuação em todo o parque de equipamentos, incluindo, mas não se limitando a estações de trabalho, notebooks, servidores, impressoras, scanners e totens de autoatendimento. Inclui diagnósticos, reparos, substituição de componentes (fornecidos pela Câmara) e formatação de equipamentos.

**b) Suporte ao Usuário (Help Desk):** Atendimento de primeira linha, remoto e presencial aos servidores, colaboradores e vereadores, solucionando problemas de hardware, software (sistema operacional, aplicativos de escritório, navegadores), e orientando sobre o uso de recursos de TIC.

**c) Manutenção da Rede Estruturada:** Verificação e reparo de pontos de rede, organização de racks, certificação de pontos de rede e suporte na gestão dos ativos de rede (switches, roteadores).

#### 2.3.2. Gestão e Apoio Estratégico:

**a) Gestão de Inventário:** Manter atualizado o inventário de equipamentos de TIC

**b) Elaboração de Relatórios:** Fornecimento de relatórios mensais de atendimentos e anuais com recomendações para atualização tecnológica, subsidiando o planejamento da Câmara.

#### 2.3.3. Modelo de Execução Contratual



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

a) A execução do contrato se dará por meio da prestação de serviço técnico de suporte e manutenção, podendo ocorrer chamadas **24 horas por dia 7 dias** conforme a demanda.

b) A remuneração da contratada será por (SLA), correspondente ao custo da prestação do serviço, despesas administrativas e de pessoal **preço fixo e mensal** técnico especializado, acrescido dos encargos e do lucro da empresa. O pagamento estará condicionado ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos.

c) Este modelo de execução foi escolhido por garantir a disponibilidade integral da infraestrutura mediante o cumprimento de SLAs rigorosos, assegurando o suporte técnico e a operacionalização de sistemas críticos via atendimentos presenciais ou remotos, conforme a demanda.

### 2.3.4. Acordo de Nível de Serviço (SLA) e Regime de Sanções

a) Para garantir a qualidade e a efetividade da prestação dos serviços, será estabelecido um Acordo de Nível de Serviço (SLA) detalhado, que servirá como base para a fiscalização do contrato e para a aplicação de eventuais sanções. A avaliação do desempenho da contratada será mensal, baseada em um sistema de pontuação objetiva.

#### 2.3.4.1. Indicadores de Nível de Serviço (INS)

A avaliação mensal será composta pelos seguintes indicadores, com seus respectivos pesos:

Indicador	Peso	Descrição
INS 01 - Tempo de Primeira Resposta	20%	Avalia o tempo decorrido entre a abertura de um chamado e o início do atendimento pelo técnico
INS 02 - Tempo de Resolução de Chamados	30%	Mede o tempo total para a solução definitiva de um chamado, desde a sua abertura.
INS 03 - Avaliação do Técnico Residente	50%	Avaliação da Qualidade do Atendimento Técnico, com subindicadores voltados à capacidade técnica e satisfação do usuário

#### 2.3.4.2. Metas e Apuração

a) **INS 01 e 02:** As metas para tempo de resposta e resolução seguirão o estabelecido no item **2.4.1.** do Termo de Referência. O descumprimento de qualquer meta em um chamado específico resultará em um desconto de 0,5% sobre o valor da Nota Fiscal mensal, por chamado não conforme, limitado a **5% ao mês** para cada um destes indicadores.

b) **INS 03** - Avaliação do Técnico atendente:

c) **Capacidade Técnica (25%):** A fiscalização do contrato avaliará, ao final do mês, a capacidade do técnico em diagnosticar e resolver os problemas de forma eficaz, atribuindo uma nota de 0 a 100.

d) **Avaliação do Usuário (25%):** Ao final de cada atendimento, o usuário que abriu o chamado atribuirá uma nota de 1 a 5 para a qualidade do serviço prestado. A média de todas as avaliações do mês será convertida para uma escala de 0 a 100.

#### 2.3.4.3. Cálculo do Índice de Desempenho Mensal (IDM)

O Índice de Desempenho Mensal (IDM) será calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IDM} = (\text{Nota INS 01} * 0,20) + (\text{Nota INS 02} * 0,30) + (\text{Nota INS 03} * 0,50)$$

Onde a nota de cada indicador varia de 0 a 100.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

### 2.3.4.4. Regime de Sanções e Glosas

A contratada deverá atingir uma meta de desempenho mensal de 95% ( $IDM \geq 95$ ) para que a Nota Fiscal seja paga em seu valor integral. Caso o IDM seja inferior a 95%, serão aplicadas glosas no valor da Nota Fiscal mensal, de forma gradual e proporcional ao desempenho, conforme a tabela abaixo:

Índice de Desempenho Mensal (IDM)	Percentual de Glosa sobre a Nota Fiscal Mensal
IDM 95%	0%
90% IDM < 95%	1%
85% IDM < 90%	3%
80% IDM < 85%	5%
75% IDM < 80%	10%
70% IDM < 75%	15%
IDM < 70%	20%

O descumprimento recorrente das metas de serviço (**IDM inferior a 80% por três meses consecutivos ou cinco alternados dentro de um período de doze meses**) será considerado inexecução parcial do contrato e poderá ensejar a aplicação de sanções mais severas, incluindo a rescisão contratual, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

### 2.4. Justificativa para o não parcelamento da solução decorrente de aspectos técnicos

Conforme a **Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU)**, a regra nas licitações é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade. No entanto, a mesma súmula prevê exceções quando o parcelamento se mostra tecnicamente inviável ou economicamente desvantajoso. Para a presente contratação, a adjudicação por item (parcelamento) é considerada tecnicamente inviável pelas seguintes razões:

**1) Interdependência e Sinergia dos Serviços:** O objeto desta contratação não se resume a uma simples soma de serviços, mas a um sistema integrado onde cada parte depende da outra para o seu pleno funcionamento. A manutenção de um computador (hardware) está intrinsecamente ligada à sua conexão com a rede (cabeamento e switches). Transmissão de um evento pela TV Câmara depende tanto do hardware do computador quanto da estabilidade da rede para o streaming. A separação desses serviços em contratos distintos criaria as seguintes dificuldades:

**1) Dificuldade de Responsabilização:** Em caso de falha (ex.: uma transmissão com baixa qualidade), seria extremamente difícil e demorado diagnosticar a causa raiz. A empresa responsável pelo software poderia culpar a rede, que por sua vez poderia culpar o hardware, gerando um jogo de empurra que atrasaria a solução e prejudicaria a Câmara.

**2) Perda de Eficiência:** A gestão de múltiplos contratos e a necessidade de coordenar diferentes fornecedores para a resolução de um único problema aumentariam a carga administrativa sobre a equipe de fiscalização e reduziriam a agilidade na solução de incidentes.

**2) Necessidade de um Ponto Único de Contato e Suporte:** A prestação dos serviços uma única empresa, que possui uma visão holística de todo o ambiente de TIC, é um dos pilares desta contratação. Este posto poderá ser composto por um único profissional ou por diversos profissionais com especialidade em cada



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

área da demanda atuando como um ponto focal para todos os problemas, desde uma impressora que não funciona até o suporte para configuração e operação de um sistema de edição de áudio e vídeo, por exemplo. O parcelamento do objeto inviabilizaria este modelo, pois não seria possível ter um técnico ou uma equipe para cada especialidade, nem seria razoável exigir que um técnico de uma empresa resolvesse problemas no escopo de outra. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de uma única empresa para executar todos os serviços descritos é essencial para garantir a coesão, a eficiência, a responsabilidade e, em última análise, o sucesso da solução, sendo o parcelamento do objeto tecnicamente contraindicado.

### 2.5. Justificativa econômica da escolha da solução

A solução eleita apresenta a melhor relação custo-benefício sob a ótica do **(Custo Total de Propriedade (TCO))** configura maior segurança jurídica e financeira para os contratantes, estabilizando esses custos durante a execução). O regime de execução dos serviços por **empreitada por preço global** contratual evitando surpresas para o orçamento da Câmara Municipal de Resende o **SLA**, garante a presença técnica necessária para a operação crítica, em tempo hábil e desejado, sem os custos e riscos jurídicos da locação direta de mão de obra. A economia manifesta-se pela prevenção de falhas sistêmicas que causariam a interrupção das sessões plenárias, cujo custo institucional e operacional de remarcação supera o valor mensal do contrato.

#### 2.5.1. DO NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS ECONÔMICOS

O agrupamento do objeto em lote único é imperativo para evitar a perda de economia de escala. O parcelamento geraria a contratação de múltiplos fornecedores para hardware, rede e audiovisual, criando conflitos de responsabilidade técnica em falhas que envolvam mais de um componente. Economicamente, a gestão de um único contrato integrado reduz custos indiretos de fiscalização e garante que a contratada responda pela integridade total da solução tecnológica da Câmara.

### 2.6. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da solução de serviços de **TIC** trará uma série de benefícios diretos e indiretos para a Câmara Municipal de Resende, alinhados com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público:

#### 2.6.1. Benefícios Diretos

**a) Redução do Tempo de Inatividade (Downtime):** O estabelecimento de SLAs rigorosos garantirão a rápida resolução de incidentes, minimizando o tempo em que os sistemas e equipamentos ficam indisponíveis e, consequentemente, reduzindo o impacto negativo sobre a produtividade dos setores.

**b) Aumento da Vida Útil dos Equipamentos:** A implementação de um cronograma de manutenções preventivas contribuirá para a conservação dos equipamentos de TIC, adiando a necessidade de novos investimentos em hardware e gerando economia de recursos públicos.

**c) Melhora na Qualidade das Transmissões:** O suporte presencial de um profissional qualificado resultará em transmissões mais estáveis, com maior qualidade de áudio e vídeo, fortalecendo a imagem institucional da Câmara e a transparência de seus atos.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**d) Padronização e Controle:** A centralização do suporte em um único prestador de serviço facilitará a padronização de procedimentos, a gestão do inventário e o controle sobre as configurações do ambiente de TIC, aumentando a segurança e a organização.

### 2.6.2. Benefícios Indiretos

**a) Foco na Atividade-Fim:** Ao transferir a responsabilidade pela execução da manutenção da rede, dos equipamentos e a operacionalização dos eventos para a CONTRATADA, a equipe de gestão de TIC da Câmara poderá se dedicar a atividades de maior valor agregado, como o planejamento estratégico, a prospecção de novas tecnologias e a governança de TIC, que são fundamentais para a modernização do Legislativo.

**b) Mitigação de Riscos Trabalhistas:** A contratação de uma empresa especializada, com a correta fiscalização do contrato, mitiga os riscos associados à caracterização de vínculo empregatício, transferindo para a contratada a responsabilidade pela gestão de pessoal, encargos e obrigações trabalhistas.

**c) Acesso a Conhecimento Especializado:** A contratação permite que a Câmara tenha acesso à expertise de uma empresa do setor, que pode trazer novas práticas de mercado, sugestões de melhoria e um conhecimento técnico que seria difícil e custoso de manter com uma equipe própria.

**d) Satisfação dos Usuários:** Um suporte técnico ágil e eficiente tende a aumentar o nível de satisfação dos servidores e vereadores, criando um ambiente de trabalho mais produtivo e com o apoio da tecnologia como o uso da tecnologia como uma ferramenta de apoio, e não como um obstáculo.

### 2.7. Recebimento do Objeto e Fiscalização Técnica

**a)** O recebimento dos serviços, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, será realizado em duas etapas: provisório e definitivo. A fiscalização técnica do contrato será contínua, seguindo um plano de rotina para garantir a qualidade e a conformidade da execução.

#### 2.8.2. Plano de Rotina da Fiscalização Técnica

Para assegurar o acompanhamento eficaz do contrato, o Fiscal Técnico deverá seguir o seguinte plano de rotina:

Periodicidade	Atividade de Fiscalização
Diária	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar a conformidade técnica dos chamados atendidos no dia e o cumprimento dos tempos de resposta estabelecidos.</li><li>• Acompanhar o andamento dos chamados críticos ou prioritários.</li><li>• Realizar alinhamento rápido com o técnico sobre as demandas do dia.</li></ul>
Semanal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revisar o relatório de chamados da semana, com foco no cumprimento dos SLAs de tempo de resposta e solução.</li><li>• Realizar inspeção visual dos principais equipamentos (servidores, racks, equipamentos de plenário).</li><li>• Conversar com uma amostra de usuários que tiveram chamados atendidos para aferir a qualidade do serviço.</li></ul>





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

Mensal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Receber e analisar criticamente o relatório mensal de serviços e o relatório de horas trabalhadas do técnico, encaminhados pela contratada</li><li>• Realizar o cálculo oficial do Índice de Desempenho Mensal (IDM) para apuração do cumprimento das metas.</li><li>• Consolidar as avaliações de satisfação dos usuários.</li><li>• Emitir o Termo de Recebimento Provisório, registrando todas as ocorrências, conformidades e eventuais não conformidades.</li><li>• Realizar reunião formal com o preposto da contratada para apresentar os resultados do mês, discutir problemas e alinhar melhorias.</li></ul>
Anual	<ul style="list-style-type: none"><li>• Receber e analisar o relatório consolidado com recomendações para reposição ou atualização de itens de TIC, conforme estabelecido na Seção 7.4.</li><li>• Elaborar um relatório anual de execução do contrato, consolidando as informações mensais e avaliando o desempenho geral da contratada, para subsidiar a decisão sobre a prorrogação contratual.</li></ul>

### **CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR DO CONTRATO**

**2.1.** Dá-se a este contrato valor total de R\$ XXXX (XXXX).

### **CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da **CONTRATADA** indicada pela mesma.

**3.2.** Sobre os valores referentes a prestação de serviços, serão retidos, na fonte, pela **CONTRATANTE**, o percentual correspondente ao IRPJ, na forma definida pelas Instruções Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal (IN 1.234/2012), bem como as alíquotas correspondentes ao INSS e ISSQN, quando for o caso, cabendo à **CONTRATADA** destacar os percentuais devidos, quando da emissão das Notas Fiscais.

**3.3.** Em caso, da CONTRATADA se enquadrar no artigo 4º incisos III, IV ou XI da Instrução Normativa – RFB n.º 1.234/2012, esta deverá no ato da assinatura do Instrumento Contratual com a Contratante, apresentar 02 (duas) vias originais da declaração em conformidade com os modelos específicos na Instrução Normativa e em suas respectivas alterações

**3.4.** As 02 (duas) vias citadas declarações deverão ser encaminhadas na forma original, assinadas e datadas conforme o dia do recebimento da Ordem de Compra/Serviço.

**3.5.** A declaração original, poderá ser apresentada por meio eletrônico, com utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), desde que, no documento a ser arquivado pela Contratante conste a assinatura digital do representante legal e a respectiva data de assinatura, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.

**3.6.** A CONTRATADA deverá informar ao Gestor do Contrato imediatamente, qualquer alteração na situação declarada.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**3.7.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**3.8.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**.

**3.9.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**3.10.** A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**3.12.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CMR-RJ, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

**EM=I X N X VP, ONDE:**

EM = Encargos Moratórios devidos; I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula  $I = [(TX/100) / 365]$ ;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

### **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

**4.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados de XX/XX/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 107 da lei 14.133, de 2021 através de aditivo, mediante comprovação da vantajosidade econômica e técnica para a Administração, mediante aditivo.

**4.2.** Os serviços devem ser prestados na sede da Câmara Municipal de Resende, situada na Praça Doutor Oliveira Botelho, 262 – Centro – CEP 27.511-120 – Tel.: (24) 3354-9253, no horário a combinar.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2026**, assim classificados:

Natureza das Despesas: 01. 122.0030.2329

Programa de Trabalho: 3.3.90.40.00

Fonte: XXX

Nota de Empenho: XXX

**5.2.** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.



**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas constantes no Termo de Referência;
- 6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.3. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no momento do recebimento;
- 6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 6.7. Emitir nota de empenho e realizar o pedido de acordo com as condições estabelecidas e com prazos suficientes para que a entrega dos materiais no prazo especificado no Termo de Referência não prejudique o bom funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Resende;
- 6.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.2. Efetuar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 7.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o serviço com avarias ou defeitos;
- 7.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data marcada para início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo indicado no item 2.4.1. do Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- 7.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 7.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**7.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**7.10.** As ferramentas necessárias para execução dos serviços, serão de responsabilidade do(a) CONTRATADO(A).

### **CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**8.2.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores:

**a) Fiscal Técnico do Contrato:** Carlos André Lima Ribeiro (titular) e Marcos Antônio Siqueira Junior (suplente), servidor representante da área de TIC, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato.

**b) Fiscal Administrativo do Contrato:** Ivan Fonseca Marinho Junior, servidor representante da área administrativa, indicado pela autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

**c) Requisitante do contrato:** É a autoridade de TIC da Câmara Municipal de Resende que é representada pelo Diretor do Departamento de Informática ou que vier a substituí-lo com atribuições: ratificar a fiscalização técnica e administrativa, e-mail: [informatica@cmresende.rj.gov.br](mailto:informatica@cmresende.rj.gov.br) telefone (24) 3354-9269.

**8.3.** A gestão do contrato será realizada pela servidora Helenice da Silva Barreto, matrícula 179, da Divisão de Contratos.

**8.4.** Os objetos deste termo de referência serão recebidos em duas etapas:

#### **1. Recebimento Provisório:**

**1. Responsável:** Fiscal Técnico do Contrato.

**2. Periodicidade:** Mensal, a ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e do relatório de serviços pela contratada.

**3. Procedimento:** O fiscal técnico deverá analisar o relatório mensal de atividades, verificar o cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLA) através do cálculo do Índice de Desempenho Mensal (IDM), e atestar que os serviços foram prestados a contento no período. Atestada a conformidade, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

#### **2. Recebimento Definitivo:**

**1. Responsável:** Autoridade de TIC

**2. Periodicidade:** Mensal, a ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

**3. Procedimento:** O responsável pelo recebimento definitivo verificará a análise realizada pelo fiscal técnico, confirmará a correta aplicação de eventuais glosas ou sanções e, não havendo irregularidades, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, que constitui o ato final de ateste da despesa para fins de pagamento.

**8.5.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com o



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

especificado, com defeito ou incompleto, a empresa **CONTRATADA** deverá realizar a substituição / correção no prazo máximo indicado no item 2.4.1. do Termo de Referência;

**8.6.** Uma vez notificada, a **CONTRATADA** realizará os ajustes nos serviços que apresentaram vício ou defeito no prazo máximo indicado no item 2.4.1. do Termo de Referência, contados a partir da data do recebimento da reclamação que deverá ser enviada por e-mail pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**.

**8.7.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da **CONTRATADA**, aceita pelo Contratante;

**8.8.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da **CONTRATANTE** ou a apresentação de justificativas pela **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da **CONTRATADA** o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

### **CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE**

**9.1.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**9.2.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**9.3.** A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**9.4.** A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 9.2 e 9.3 ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**9.5.** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**9.6.** No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**10.1.** O prazo de garantia dos serviços será de 90 (noventa) dias, conforme art. 26 inciso II Lei 8078/90, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**10.2.** Caso o serviço apresente vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser realizados os ajustes necessários.

**10.3.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **10.4. Garantia de Execução do Contrato**

**10.4.1.** Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/21.

**10.4.2.** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes dos art. 96 a 98 da Lei 14133/2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**10.4.3.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, contados da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

**10.4.4.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**10.4.4.1.** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

**10.4.5.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual;

**10.4.6.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**10.4.7.** A Contratada poderá apresentar uma das seguintes modalidades de garantia, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia; ou





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**10.4.8.** A garantia na modalidade seguro-garantia deverá ser apresentada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, sem prejuízo da possibilidade de apresentação em prazo inferior a este, desde que esteja a apólice adequada às disposições legais afetas à matéria.

**10.4.9.** A apólice do seguro garantia deverá apresentar validade durante a execução do contrato e até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença.

**10.4.10.** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.4.11.** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

**10.4.12.** A apólice de seguro garantia deverá apresentar validade durante o período de vigência do Contrato, até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**10.4.13.** o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

**10.4.14.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da lei nº 14.133/2021.

**10.4.15.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**10.4.16.** Havendo revisão do valor contratado ou alteração que implique no aumento quantitativo do objeto do Contrato, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção;

**10.4.17.** Em caso de apresentação de fiança bancária, na carta de fiança deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do art. 827 do Novo Código Civil Brasileiro, e conter cláusula de atualização.

**10.4.18.** Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada, desde já, obriga-se a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data do recebimento da comunicação da Contratante.

**10.4.19.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores vinculados a CMR/RJ contratante, conforme artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Resende, e alterações posteriores.

**10.4.20.** A garantia em dinheiro deverá ser realizada, em conta específica, com correção monetária, devendo a empresa **CONTRATADA** apresentar a apólice de garantia.

**10.4.21.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**10.4.22.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**10.4.23.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**10.4.24.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**10.4.25.** A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**10.4.26.** Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**10.4.27.** A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento e na legislação aplicável.

### 10.5. Garantia dos serviços, manutenção

**10.5.1.** A garantia dos serviços no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à Contratada neste Termo de Referência. Durante este período, os reparos e substituições decorrentes da garantia deverão ser realizados pela CONTRATADA, sem ônus a CMR/RJ.

**10.5.2** Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia dos bens, iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito, nos termos do §3º, do artigo 26 da Lei nº 8.078/1990.

**10.5.3.** A garantia inclui a substituição do material/serviço defeituoso no prazo máximo indicado no item 2.4.1. do Termo de Referência a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o CMR, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias corridos.

**10.5.4.** O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, deverá ser formalizado por e-mail.

**10.5.5.** A garantia inclui a execução total ou parcial dos serviços no prazo máximo indicado no item 2.4.1. do Termo de Referência a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Resende.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124 e 125, da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO REAJUSTE**

**12.1.** O contrato decorrente desta Licitação poderá ser reajustado, decorrido o prazo de 01 (um) ano da apresentação da proposta, nos moldes do art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/21, a fim de preservar a equação



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

econômico-financeira da relação jurídica, em face da variação ordinária de custos, caso em que será aplicado o índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI).

**12.2.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando situação econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revista, com a alteração do preço contratual para mais ou para menos, conforme o caso – através de termo aditivo – para que se mantenha o equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, nas situações previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**12.4.** Acaso venha excepcionalmente a solicitar a revisão de preços, a Contratada deverá demonstrar efetivamente a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação idônea correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem efetivamente a afetação da equação financeira inicial.

**12.5.** O pedido deverá ser protocolado diretamente junto a Câmara de Vereadores do Município de Resende/RJ.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

### **13.1. Das Infrações Administrativas**

**13.1.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

**13.1.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**13.1.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.1.5.** Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.1.6.** Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.1.7.** Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

**13.1.1.8.** Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.1.1.9.** Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.1.10.** Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

**13.1.1.11.** Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**13.1.1.12.** Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **13.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

**13.2.1.** A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **13.3. Da Aplicação das Sanções**

**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**13.3.1.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**13.3.2.** A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

**12.3.2.1.** O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

**13.3.3.** A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

**13.3.4** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**13.3.5.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.3.6.** As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos Arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**13.3.7.** Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**13.3.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**13.4.** Poderão ser aplicadas as seguintes multas, conforme a gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
2	5% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
3	7% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
4	10% SOBRE O VALOR DO EMPENHO
5	10% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO, MAIS 5% AO DIA SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
6	30% SOBRE O VALOR DO PRODUTO A SER GARANTIDO, MAIS 2% AO DIA POR ATRASO SOBRE O VALOR DO PRODUTO.
7	20% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO.

**13.5.** Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO	GRAU
DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA	
PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA.	5
SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, O FORNECIMENTO/ENTREGA DOS PRODUTOS POR DIA E POR NOTA DE EMPENHO.	3
ATRASAR A ENTREGA INJUSTIFICADAMENTE, POR EMPENHO E POR DIA	2
ENTREGAR PRODUTO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E PROPOSTA SEM MOTIVO JUSTIFICADO; POR OCORRÊNCIA	4
ENTREGAR PRODUTOS USADOS, RECONDICIONADOS E OU REMANUFATURADOS, POR PRODUTO.	4
ENTREGAR PRODUTO MAL EMBALADO OU COM EMBALAGEM DANIFICADA E OU VIOLADA, POR OCORRÊNCIA	2
ENTREGAR PRODUTO COM APRESENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM A DESCRITA NO EDITAL, POR OCORRÊNCIA.	2
FORNECER INFORMAÇÃO PÉRFIDA DE SERVIÇO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL; POR OCORRÊNCIA.	2
REUTILIZAR MATERIAL, PEÇA OU EQUIPAMENTO SEM ANUÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA.	3



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

DER CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DA ATA/CONTRATO	7
<b>AINDA, DEIXAR DE:</b>	
ZELAR PELAS INSTALAÇÕES DA CMR/RJ NO MOMENTO DA ENTREGA, POR OCORRÊNCIA.	1
CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	1
MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA; POR ITEM, POR OCORRÊNCIA.	1
CUMPRIR HORÁRIO DE ENTREGA ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA	1
CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS FUNCIONÁRIOS; POR OCORRÊNCIA.	2
CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	2
SUBSTITUIR OS PRODUTOS, ÀS SUAS CUSTAS, QUANDO PROTEGIDO PELA RESPECTIVA GARANTIA.	6

**13.5.1.** A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata/contrato com esse fornecedor.

**13.5.2.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal devidas à contratada.

**13.5.3.** Se os valores devidos forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

**13.5.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO**

**14.1.** O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CMR**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos do artigo 139 da Lei n.º 14.133/2021, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a indenizações de qualquer espécie.

**14.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**14.3.** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**14.4.** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a Câmara Municipal de Resende poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

**15.1.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CMR**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**15.2.** Caso a **CMR** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**



**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**16.1.** Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**16.2.** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 137, parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 14.133/21, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

**17.1.** A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

**18.1.** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**.

**18.2.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

**19.1** Fica eleito o foro da cidade de Resende, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

*Resende, xx de xxxx de 2026.*

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE  
Presidente

*[EMPRESA CONTRATADA]*

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

RG N.º \_\_\_\_\_

CPF N.º \_\_\_\_\_

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

RG N.º \_\_\_\_\_

CPF N.º \_\_\_\_\_





**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 122/2026

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**TIPO:** MENOR PREÇO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA.

**ANEXO - II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90011/2026 em epigrafe que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA** em atendimento ao Departamento de Informática, conforme segue:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNI	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1.	27103	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	12	MESES	R\$	R\$
2	26999	MANUTENÇÃO DA REDE ESTRUTURADA	12	MESES	R\$	R\$
VALOR TOTAL CENTRAL DE SERVIÇOS DE TIC					R\$	

Informar Valor total para os itens R\$...

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração prevista no item 7.2 do Edital.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 122/2026

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA.

**ANEXO III**

**ATESTADO DE VISTORIA**

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa abaixo relacionada, através de seu representante, VISTORIOU o local onde serão executados os serviços, objeto desta PREGÃO do Tipo Menor Preço Nº 90011/2026, bem como tomou conhecimento da natureza e vulto dos serviços técnicos especializados, para utilização das técnicas e normas vigentes, necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto.

**IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**

Empresa: .....

CNPJ: .....

Nome do representante: .....

RG: ..... Assinatura: .....

**IDENTIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE**

Data da vistoria: ..... / ..... / .....

Nome do servidor: .....

Nº da Matrícula: .....

Assinatura: .....



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA OS SERVIÇOS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº. \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_, declara conhecer o local a ser executada a prestação do serviço bem como todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do mesmo, tendo declinado do direito de participar da vistoria ao local da referida prestação de serviço.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº 90011/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026****DATA DA REALIZAÇÃO: 09/07/2026****HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 10h30min - LOCAL: Câmara Municipal de Resende-RJ****[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) “Acesso Identificado”****ANEXO IV****FOLHA DE DADOS – CGL/CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO**

<b>COMPLEMENTO OU MODIFICAÇÃO</b>	
<b>Preâmbulo</b>	A Câmara Municipal de Resende, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob n.º 32.504.664/0001-84, sediada à Praça Doutor Oliveira Botelho nº 262 – centro – CEP: 27511-120 – Resende – Rio de Janeiro, por intermédio do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Resende, Alessandro Soares Ritton, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio da INTERNET, objetivando a <b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA</b> para atender a demanda do Departamento de Informática da CMR-RJ.
<b>CGL 1.1</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA.</b>
<b>CGL 2.1</b>	Dos pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos: <a href="mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br">pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br</a>  Disponibilidade do edital: <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> ou pelo sítio <a href="http://www.cmresende.rj.gov.br/licitacoes.php">www.cmresende.rj.gov.br/licitacoes.php</a>  Local da Sessão Pública: <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> UASG: 927828 – CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ
<b>CGL 3.1</b>	<b>Data: 09 de julho de 2026</b> <b>Horário: 10hs30min</b>
<b>CGL 4.1.1</b>	Será assegurado o tratamento preferencial, nos termos do item 5 do Edital.
<b>CGL 4.1.3</b>	Será permitida participação de Consórcio:  I – Será permitida a participação de Consórcio, nas seguintes condições:  a) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;  b) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato;

**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

	<p>c) Obrigatoriedade de constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato, nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados.</p> <p>d) Credenciamento e operação no Sistema de Compras Eletrônicas pela empresa líder do consórcio.</p> <p>II – Para fins de Habilitação, os Consórcios deverão apresentar os seguintes documentos:</p> <p>a) Comprovação do compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados;</p> <p>b) Indicação da empresa líder do consórcio que deverá:</p> <p>b.1) responsabilizar-se por todas as comunicações e informações perante o contratante;</p> <p>b.2) responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins desta Licitação, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados;</p> <p>b.3) ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio;</p> <p>b.4) ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases desta Licitação, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto, até a sua conclusão;</p> <p>c) os previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.</p>
<b>CGL 4.1.4</b>	<p>Será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho.</p> <p>Para fins de habilitação, as Cooperativas de Trabalho deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber:</p> <p>a) ata de fundação;</p> <p>b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;</p> <p>c) registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971.</p>
<b>CGL 7.2.</b>	<p style="text-align: center;"><b>ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL</b></p> <p style="text-align: center;"><b>A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias.</b></p>
<b>CGL 7.12</b>	<p style="text-align: center;">Não será permitida a subcontratação.</p>
<b>CGL 7.13</b>	<p style="text-align: center;">Não será permitida a subcontratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.</p>
<b>CGL 10.3</b>	<p style="text-align: center;">Critério de Julgamento: <b>MENOR PREÇO</b></p>



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

<b>CGL 10.9</b>	A disputa ocorrerá pelo <b>MODO ABERTO</b>
<b>CGL 10.12.1</b>	Decremento mínimo: <b>R\$ 10,00 (dez reais).</b>
<b>CGL 12.6.1</b>	Valor máximo estimado conforme consta no Anexo V - Termo de Referência <b>R\$146.739,22 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos).</b>
<b>CGL 12.9</b>	Não aplicável
<b>CGL 13.5</b>	<p>Além dos documentos obrigatórios previstos na CGL 13.3 e CGL 13.4 e no Termo de Referência, se houver, serão exigidos:</p> <p>1. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:</p> <p><b>Documentos Relativos à Qualificação Técnica:</b></p> <p><b>1.1.</b> A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, com foco em manutenção de infraestrutura rede de TIC e manutenção de equipamentos de TIC.</p> <p><b>a)</b> Todos os serviços deverão ser prestados por técnico(s) devidamente capacitado(s). Por isso, serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação e/ou com certificação profissional, com mínimo 2 (dois) anos de experiência.</p> <p><b>1.1.3.</b> Os Atestados deverão contemplar no mínimo as seguintes informações: <b>Identificação do contrato; Descrição dos serviços prestados; Vigência do contrato; Assinatura e identificação do signatário (Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado, telefone ou e-mail de contato); Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de prazos, além de qualidade dos serviços prestados;</b></p> <p><b>1.1.4.</b> Em se tratando de Contratação de Serviços Contínuos, conforme § 5º do Art. 67 da Lei 14.133/2021, para a habilitação o LICITANTE deverá apresentar certidão que demonstre a execução de serviços correlatos ao objeto licitado, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de</p>





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

2 (dois) anos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

1.1.5. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

1.1.6. A critério da Administração poderá ser necessário diligenciar à pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações objetivas sobre o serviço prestado. Se for encontrada divergência entre o especificado nos atestados ou certificados de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

1.1.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

1.1.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

1.2. os atestados deverão referir-se a fornecimentos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

1.2.1. A LICITANTE disponibilizara todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade dos atestados.

1.3. Os documentos exigidos neste item que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

1.4. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 13.1 do Edital é de 02 (duas) horas, a contar da convocação o pelo sistema.

1.5. O prazo do item 13.1 do Edital poderá ser prorrogado por igual período pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal por parte da licitante e antes de encerrado o prazo inicial.

1.6. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

1.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

1.8. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

1.9. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça Doutor Oliveira Botelho, 262, Resende - RJ, CEP 27.511.120, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

1.10. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

1.11. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o hora rio do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

1.12. O prazo para envio dos documentos e de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema.

1.13. O prazo do item 13.5.4 do Edital poderá ser prorrogado por igual período pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal por parte da licitante e antes de encerrado o prazo inicial.

1.14. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

1.15. Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

1.16. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista devera o estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

1.17. Os documentos relativos à habilitação técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

1.18. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

1.19. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverá o apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.20. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

1.21. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

1.22. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor na o será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

1.23. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado (ex: ART, RRT, CAT, atestados, etc).

1.24. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação a primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

1.25. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior a data de aplicação da sanção de suspensão o/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade ou proximidade de endereço dos estabelecimentos;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

1.26. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrara, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspendera o certame e oportunizara a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

1.271 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitara a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatara o fato a autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

### 2. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

2.1. Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

2.2. - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa aos últimos 2 (dois) exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

2.2.1. - Para fins do subitem 13.6.1, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar impressos o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

2.3. - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

2.4. - Os documentos exigidos nos subitens 13.6.1 a 13.6.2 do Edital deverão comprovar:

2.4.1. - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

2.4.1.1. - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

2.4.1.2. – Na hipótese de a licitante apresentar resultado menor que 1 (um) para os índices de liquidez ou de apresentar resultado superior a 1 (um) para os índices de endividamento o licitante

**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

	<p>poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.</p> <p>2.5. No caso de Microempreendedor Individual (MEI), deverá apresentar ainda:</p> <p>2.5.1. - Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI);</p> <p>2.5.2. - Declaração Anual do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) dos 2 (dois) últimos exercícios;</p> <p>2.5.3. - No caso de Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME) optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar ainda:</p> <p>2.5.4. -Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) dos 2 (dois) últimos exercícios;</p> <p><b>2.3. Outros Documentos Complementares de Habilitação</b></p>
<b>CGL 16.1</b>	O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar o contrato.
<b>CGL 16.4</b>	O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da lei 14.133, de 2021 através de aditivo.
<b>CGL 17.1</b>	O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias mediante a apresentação de Nota Fiscal pelo contratado, que deverá conter o detalhamento do objeto entregue.
<b>CGL 19.1</b>	Órgão: 01.000 Unidade Orçamentária: 01.011. Natureza da Despesa – NAD: 3.3.90.40.00 Programática: 01.122.0030.2329
<b>CGL 20.1</b>	Anexo V - Termo de Referência - item 6
<b>CGL 21.1</b>	Será exigida Garantia de execução do Contrato.
<b>CGL 22.2.2</b>	Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Ato nº 073 de 22 de maio de 2026 da Câmara Municipal de Resende/RJ



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº122/2026

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**TIPO:** MENOR PREÇO

**ANEXO V**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. CONSTITUI OBJETO DESTE CERTAME A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA**, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Resende, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	27103	CENTRAL DE SERVIÇOS DE TIC	MESES	12	R\$12.228,27	R\$146.739,22

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT
1.1	27103	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	MESES	12
1.2	26999	MANUTENÇÃO DA REDE ESTRUTURADA	MESES	12

**1.2.** Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Termo de Referência e do Catálogo de materiais e serviços (Compras.gov.br), prevalecem as do Termo de referência.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

**1.3.1.** A presente contratação observa, no que couber, os ditames da Instrução Normativa SGD/ME Nº94, de 23 de dezembro de 2022.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (1 ano), podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da lei 14.133, de 2021 através de aditivo, mediante comprovação da vantajosidade econômica e técnica para a Administração.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.6.** A quantidade total de 12 meses corresponde ao prazo da vigência inicial contratual de 1 (um) ano, pois se trata de serviços de natureza contínua e essencial para o funcionamento ininterrupto das atividades administrativas, legislativas e de Controle da Câmara Municipal de Resende.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação solicitada decorre da necessidade da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é um ativo estratégico para a **Câmara Municipal de Resende**, sendo fundamental para a execução de todas as suas atividades legislativas e administrativas. A paralisação ou o mau funcionamento de equipamentos como estações de trabalho, servidores, sistemas de áudio e vídeo, e da própria rede





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

estruturada, pode causar a interrupção de serviços críticos, como a realização de sessões plenárias, transmissões da TV Câmara e o acesso a sistemas de gestão processual e documental.

**2.1.1.** O contrato vigente (**Contrato Administrativo nº 07/2021**) se encerra em 11 de maio de 2026 e, por ter atingido o limite legal de prorrogações, previsto no artigo 57, II da Lei 8.666/1993, não pode ser renovado.

**2.1.2.** A não contratação de um novo serviço de manutenção deixaria esta Casa desprovida de suporte técnico especializado para a resolução de incidentes e para a manutenção preventiva, elevando o risco de falhas críticas e comprometendo a segurança e a disponibilidade dos serviços.

**2.1.3.** A contratação visa garantir a continuidade, a eficiência e a segurança da operação de TIC, assegurando que os recursos tecnológicos estejam sempre disponíveis e em pleno funcionamento para apoiar as atividades finalísticas e administrativas do Poder Legislativo Municipal.

**2.1.4.** O atendimento da demanda exige que os serviços sejam executados de forma indireta através da prestação de serviços contínuos.

## 2.2. Necessidades Tecnológicas

Para atender às necessidades de negócio, a contratação deverá contemplar as seguintes necessidades tecnológicas:

### 2.2.1. Manutenção de Hardware e Periféricos

Assegurar o funcionamento contínuo de todo o parque de equipamentos de TIC, incluindo estações de trabalho, servidores, impressoras, scanners e totens, por meio de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

#### 2.2.1.1. Memória de cálculo:

120 estações de trabalho AIO Dell Inspiron 24®, modelos diversos (com possibilidade de expansão);

25 notebooks SO Windows, modelos diversos;

23 Macbooks® modelos diversos (em fase de aquisição);

8 estações de trabalho de alta performance tipo desktop modelos diversos;

4 impressoras tipo tanque de tinta, sendo 2 para folhas A3 e 2 para folhas A4, modelos diversos.

8 totens verticais de 50";

1 vídeo wall 4x4x50";

4 TV/Monitor 75";

3 TV/Monitor 80";

1 projetor laser 4k para ambientes claros 6,5K lumens;

2 projetores laser Full HD modelos diversos;

150 nobreaks 600 KVA, marcas e modelos diversos

4 nobreaks 3,3 KVA, marcas e modelos diversos

2 nobreaks 1,5 KVA, marcas e modelos diversos

#### 2.2.1.2. Manutenção da Infraestrutura de Rede



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

Garantir a estabilidade, a segurança e a performance da rede de dados e voz da Câmara, abrangendo switches, roteadores, patch panels e todo o cabeamento da rede estruturada que deverá ser certificada a cada 6 (seis) meses incluído a manutenção, mudança e instalação de novos pontos.

**2.2.1.3. Memória de cálculo:**

17 patch panels, 48 portas, modelos diversos  
768 pontos de rede instalados com possibilidade de expansão  
9 switches gerenciáveis de 48 portas TL-SG3452.  
3 roteadores com balanceador de carga TL-ER5120  
10 Access Point Intelbras, modelos diversos;  
3 switches não gerenciáveis HP 1410-16G

**2.3. Suporte técnico 24 x7**

Dar suporte de forma integrada ao ecossistema de TIC com disponibilidade, conforme a demanda de atendimento 24 x 7 (24 horas por dia 7 dias por semana) visando garantir o funcionamento ininterrupto do parque tecnológico e especialmente a operacionalização dos eventos oficiais e institucionais, ordinários e sob demanda.

**2.3.1. Memória de cálculo:**

Os eventos podem acontecer das 8 às 22 horas, em dias úteis ou não  
A quantidade estimada a seguir é meramente estimativa e foi elaborada tendo como base nos eventos efetivamente realizados nos últimos 3 (três) anos.  
É vedado a fixação quantidade mínima ou máxima de eventos ou atendimentos.

	2023				2024				2025			
Mês	Manhã	Tarde	Noite	Total	Manhã	Tarde	Noite	Total	Manhã	Tarde	Noite	Total
Janeiro	3	3	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	1	7	8	2	2	7	11	0	0	10	10
Março	1	4	15	20	2	3	11	16	0	4	9	13
Abril	2	5	12	19	0	2	14	16	3	3	11	17
Maio	3	6	15	24	3	5	14	22	2	3	16	21
Junho	4	5	13	22	3	4	11	18	6	2	12	20
Julho	0	3	11	14	2	2	3	7	3	2	10	15
Agosto	3	5	16	24	0	4	14	18	0	8	11	19
Setembro	0	3	15	18	3	2	13	18	3	6	11	20
Outubro	4	2	18	24	0	6	11	17	2	10	11	23
Novembro	5	4	13	22	1	4	15	20	2	6	11	19
Dezembro	0	4	7	11	2	3	7	12	2	3	9	14
Total	25	45	142	212	18	37	120	175	23	47	121	191



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

<b>Média Mensal</b>	2,1	3,8	11,8	17,7	1,5	3,1	10,0	14,6	1,9	3,9	10,1	15,9
---------------------	-----	-----	------	------	-----	-----	------	------	-----	-----	------	------

#### 2.4. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Visando assegurar a seleção de uma proposta que atenda plenamente às necessidades da Câmara Municipal de Resende, estão sendo estabelecidos os seguintes requisitos, que deverão ser comprovados pela licitante e mantidos durante toda a execução do contrato:

##### 2.4.1. Requisitos de Nível de Serviço (SLA - Service Level Agreement)

A contratada deverá atender aos seguintes níveis mínimos de serviço, essenciais para garantir a agilidade na resolução de incidentes e a continuidade das atividades:

INDICADOR	DESCRIÇÃO	META
Tempo de Primeira Resposta	Tempo máximo para o início do atendimento após a abertura do chamado.	*Até 15 minutos para incidentes críticos (ex.: paralisação dos equipamentos durante eventos oficiais ou institucionais); *Até 1 hora para demais chamados.
Tempo de Solução de Incidentes	Tempo máximo para o restabelecimento da funcionalidade de um serviço ou equipamento.	*Até 4 horas para incidentes críticos; *Até 8 horas úteis para incidentes de prioridade alta; e *Até 24 horas úteis para demais incidentes.
Disponibilidade da Infraestrutura	Percentual de tempo em que os serviços críticos (rede, sistemas audiovisuais em plenário) devem estar operacionais. 95% durante o horário de expediente e durante a realização	*95% durante o horário de expediente e durante a realização de eventos oficiais

##### 2.4.2. Requisitos de Qualificação Técnica da Contratada

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, com foco em manutenção de infraestrutura rede de TIC e manutenção de equipamentos de TIC.

##### 2.4.3. Requisitos de Qualificação Técnica da Equipe

Todos os serviços deverão ser prestados por técnico(s) devidamente capacitado(s). Por isso, serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação e/ou com certificação profissional, com mínimo 2 (dois) anos de experiência em:

- Manutenção de equipamentos de TIC
- Manutenção de infraestrutura rede de TIC

A exigência de 2 anos de experiência não é arbitrária, mas tecnicamente indispensável pelos seguintes motivos:



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

- **Complexidade do Ambiente Legislativo:** A infraestrutura de rede e equipamentos da Câmara suporta a publicidade dos atos legislativos e sistemas de gestão pública. Falhas na manutenção podem resultar na interrupção de sessões plenárias. A experiência de 2 anos assegura que o profissional já ultrapassou a curva de aprendizado básica de suporte e possui maturidade para lidar com ambientes críticos de alta disponibilidade.
- **Garantia de Qualidade no Modelo Sem Dedicção Exclusiva:** O ETP Versão 3.0 (Seção 10.2) elegeu a contratação de serviços sem técnico residente com dedicação exclusiva. Para que este modelo funcione sem perda de qualidade, é imperativo que os técnicos designados para os chamados possuam experiência prévia comprovada, minimizando o tempo de diagnóstico e resolução de incidentes.
- **Entendimento TCU:** O TCU, em seu Manual de Licitações e Contratos (pág. 585, 4ª Edição, e atualizações no Portal Oficial), orienta que exigências de tempo mínimo de experiência são lícitas desde que justificadas pela complexidade do objeto. No caso da Câmara, a manutenção da rede estruturada exige conhecimento consolidado, sendo 2 anos o padrão mínimo de mercado para classificação de um técnico de nível 'Pleno', capaz de atuar de forma autônoma em incidentes críticos.

### 2.5. Requisitos de Gestão e Relatórios

A contratada deverá: Apresentar relatórios mensais de atendimentos, contendo, no mínimo, a descrição dos chamados, tempo de atendimento, solução aplicada e status.

Encaminhar anualmente à fiscalização, entre 1º de outubro e 15 de dezembro, visando o planejamento orçamentário da Câmara, um Relatório Consolidado com a relação de bens tangíveis e intangíveis (peças, componentes, softwares) recomendados para reposição ou atualização no exercício seguinte, garantindo o funcionamento ininterrupto das atividades administrativas.

Manter registro atualizado de todas as movimentações de equipamentos e alterações de configuração na rede com pelo menos os seguintes dados: número do patrimônio, localização atual, localização anterior, descrição resumida do bem, histórico de intervenções realizadas.

### 2.6. Requisitos de Segurança da Informação

A contratada deverá seguir as políticas e normas de segurança da informação da Câmara Municipal de Resende, garantindo a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações acessadas durante a prestação dos serviços. O profissional alocado deverá assinar Termo de **Confidencialidade e Responsabilidade**.

### 2.7. Requisitos de Transição Contratual

Ao final do contrato, a CONTRATADA deverá realizar uma transição suave dos serviços para uma eventual nova prestadora, repassando todas as informações, documentações e configurações relevantes para a continuidade das operações, sem interrupção das atividades da Câmara.

### 2.8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Conforme detalhado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), a estimativa da demanda para a presente contratação, considera um período de vigência de 1 (um) ano e é a seguinte:



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

Item	Cat/Serv	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.
1	27103	Serviços de Manutenção e Reparação de Computadores e seus Periféricos	12	MÊS
2	26999	Serviços de Gerenciamento de Redes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	12	MÊS

A quantidade total de 12 meses corresponde ao prazo da vigência inicial contratual de 1 (um) ano, pois se trata de serviços de natureza contínua e essencial para o funcionamento ininterrupto das atividades administrativas, legislativas e de controle da Câmara Municipal de Resende conforme artigo 106 da Lei 14.133/2021.

A vigência do contrato poderá ser prorrogada ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021.

## **2.9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA**

A solução a ser contratada consiste na **prestação de serviços técnicos continuados de manutenção e suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**. De natureza contínua e sem a dedicação exclusiva de mão de obra.

A duração do contrato está restrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sendo que sua **vigência inicial será de 1(um) ano**, conforme Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme **artigo 107 da Lei 14.133/2021**.

Item	Código CATMAT /CATSER	Descrição do Serviço	Quant/Unidade
1	27103	Serviços de Manutenção e Reparação de Computadores e seus Periféricos	12
2	26999	Serviços de Gerenciamento de Redes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	12

## **2.10. Detalhamento da Solução**

A solução compreende um conjunto integrado de serviços, executados por profissional ou equipe técnica qualificada nas dependências da **Câmara Municipal de Resende**. O escopo abrange três pilares principais

### **2.10.1. Manutenção e Suporte à Infraestrutura de TIC:**

**a) Manutenção Preventiva e Corretiva de Hardware:** Atuação em todo o parque de equipamentos, incluindo, mas não se limitando a estações de trabalho, notebooks, servidores, impressoras, scanners e totens de autoatendimento. Inclui diagnósticos, reparos, substituição de componentes (fornecidos pela Câmara) e formatação de equipamentos.

**b) Suporte ao Usuário (Help Desk):** Atendimento de primeira linha, remoto e presencial aos servidores, colaboradores e vereadores, solucionando problemas de hardware, software (sistema operacional, aplicativos de escritório, navegadores), e orientando sobre o uso de recursos de TIC.



**c) Manutenção da Rede Estruturada:** Verificação e reparo de pontos de rede, organização de racks, certificação de pontos de rede e suporte na gestão dos ativos de rede (switches, roteadores).

#### **2.10.2. Gestão e Apoio Estratégico:**

**a) Gestão de Inventário:** Manter atualizado o inventário de equipamentos de TIC

**b) Elaboração de Relatórios:** Fornecimento de relatórios mensais de atendimentos e anuais com recomendações para atualização tecnológica, subsidiando o planejamento da Câmara.

#### **2.10.3. Modelo de Execução Contratual**

**a)** A execução do contrato se dará por meio da prestação de serviço técnico de suporte e manutenção, podendo ocorrer chamadas **24 horas por dia 7 dias** conforme a demanda.

**b)** A remuneração da contratada será por (SLA), correspondente ao custo da prestação do serviço, despesas administrativas e de pessoal **preço fixo e mensal** técnico especializado, acrescido dos encargos e do lucro da empresa. O pagamento estará condicionado ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos.

**c)** Este modelo de execução foi escolhido por garantir a disponibilidade integral da infraestrutura mediante o cumprimento de SLAs rigorosos, assegurando o suporte técnico e a operacionalização de sistemas críticos via atendimentos presenciais ou remotos, conforme a demanda.

#### **2.10.4. Acordo de Nível de Serviço (SLA) e Regime de Sanções**

**a)** Para garantir a qualidade e a efetividade da prestação dos serviços, será estabelecido um Acordo de Nível de Serviço (SLA) detalhado, que servirá como base para a fiscalização do contrato e para a aplicação de eventuais sanções. A avaliação do desempenho da contratada será mensal, baseada em um sistema de pontuação objetiva.

##### **2.10.4.1. Indicadores de Nível de Serviço (INS)**

A avaliação mensal será composta pelos seguintes indicadores, com seus respectivos pesos:

<b>Indicador</b>	<b>Peso</b>	<b>Descrição</b>
<b>INS 01 - Tempo de Primeira Resposta</b>	<b>20%</b>	Avalia o tempo decorrido entre a abertura de um chamado e o início do atendimento pelo técnico.
<b>INS 02 - Tempo de Resolução de Chamados</b>	<b>30%</b>	Mede o tempo total para a solução definitiva de um chamado, desde a sua abertura.
<b>INS 03 - Avaliação do Técnico</b>	<b>50%</b>	Avaliação da Qualidade do Atendimento Técnico, com subindicadores voltados à capacidade técnica e satisfação do usuário.

##### **2.10.4.2. Metas e Apuração**

**a) INS 01 e 02:** As metas para tempo de resposta e resolução seguirão o estabelecido na no item **2.4.1**. O descumprimento de qualquer meta em um chamado específico resultará em um desconto de 0,5% sobre o valor da Nota Fiscal mensal, por chamado não conforme, limitado a **5% ao mês** para cada um destes indicadores.

**b) INS 03 - Avaliação do Técnico atendente:**





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**c) Capacidade Técnica (25%):** A fiscalização do contrato avaliará, ao final do mês, a capacidade do técnico em diagnosticar e resolver os problemas de forma eficaz, atribuindo uma nota de 0 a 100.

**d) Avaliação do Usuário (25%):** Ao final de cada atendimento, o usuário que abriu o chamado atribuirá uma nota de 1 a 5 para a qualidade do serviço prestado. A média de todas as avaliações do mês será convertida para uma escala de 0 a 100.

### 2.10.4.3. Cálculo do Índice de Desempenho Mensal (IDM)

O Índice de Desempenho Mensal (IDM) será calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IDM} = (\text{Nota INS 01} * 0,20) + (\text{Nota INS 02} * 0,30) + (\text{Nota INS 03} * 0,50)$$

Onde a nota de cada indicador varia de 0 a 100.

### 2.10.4.4. Regime de Sanções e Glosas

A contratada deverá atingir uma meta de desempenho mensal de 95% ( $\text{IDM} \geq 95$ ) para que a Nota Fiscal seja paga em seu valor integral. Caso o IDM seja inferior a 95%, serão aplicadas glosas no valor da Nota Fiscal mensal, de forma gradual e proporcional ao desempenho, conforme a tabela abaixo:

Índice de Desempenho Mensal (IDM)	Percentual de Glosa sobre a Nota Fiscal Mensal
IDM 95%	0%
90% IDM < 95%	1%
85% IDM < 90%	3%
80% IDM < 85%	5%
75% IDM < 80%	10%
70% IDM < 75%	15%
IDM < 70%	20%

O descumprimento recorrente das metas de serviço (**IDM inferior a 80% por três meses consecutivos ou cinco alternados dentro de um período de doze meses**) será considerado inexecução parcial do contrato e poderá ensejar a aplicação de sanções mais severas, incluindo a rescisão contratual, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

### 2.11. Justificativa para o não parcelamento da solução decorrente de aspectos técnicos

Conforme a **Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU)**, a regra nas licitações é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade. No entanto, a mesma súmula prevê exceções quando o parcelamento se mostra tecnicamente inviável ou economicamente desvantajoso. Para a presente contratação, a adjudicação por item (parcelamento) é considerada tecnicamente inviável pelas seguintes razões:

**1) Interdependência e Sinergia dos Serviços:** O objeto desta contratação não se resume a uma simples soma de serviços, mas a um sistema integrado onde cada parte depende da outra para o seu pleno funcionamento. A manutenção de um computador (hardware) está intrinsecamente ligada à sua conexão com a rede (cabeamento e switches). Transmissão de um evento pela TV Câmara depende tanto do hardware do computador quanto da estabilidade da rede para o streaming. A separação desses serviços em contratos distintos criaria as seguintes dificuldades:



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**1) Dificuldade de Responsabilização:** Em caso de falha (ex.: uma transmissão com baixa qualidade), seria extremamente difícil e demorado diagnosticar a causa raiz. A empresa responsável pelo software poderia culpar a rede, que por sua vez poderia culpar o hardware, gerando um jogo de empurra que atrasaria a solução e prejudicaria a Câmara.

**2) Perda de Eficiência:** A gestão de múltiplos contratos e a necessidade de coordenar diferentes fornecedores para a resolução de um único problema aumentariam a carga administrativa sobre a equipe de fiscalização e reduziriam a agilidade na solução de incidentes.

**2) Necessidade de um Ponto Único de Contato e Suporte:** A prestação dos serviços uma única empresa, que possui uma visão holística de todo o ambiente de TIC, é um dos pilares desta contratação. Este posto poderá ser composto por um único profissional ou por diversos profissionais com especialidade em cada área da demanda atuando como um ponto focal para todos os problemas, desde uma impressora que não funciona até o suporte para configuração e operação de um sistema de edição de áudio e vídeo, por exemplo. O parcelamento do objeto inviabilizaria este modelo, pois não seria possível ter um técnico ou uma equipe para cada especialidade, nem seria razoável exigir que um técnico de uma empresa resolvesse problemas no escopo de outra.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de uma única empresa para executar todos os serviços descritos é essencial para garantir a coesão, a eficiência, a responsabilidade e, em última análise, o sucesso da solução, sendo o parcelamento do objeto tecnicamente contraindicado.

### 2.12. Justificativa econômica da escolha da solução

A solução eleita apresenta a melhor relação custo-benefício sob a ótica do **(Custo Total de Propriedade (TCO))** configura maior segurança jurídica e financeira para os contratantes, estabilizando esses custos durante a execução). O regime de execução dos serviços por **empreitada por preço global** contratual evitando surpresas para o orçamento da Câmara Municipal de Resende o **SLA**, garante a presença técnica necessária para a operação crítica, em tempo hábil e desejado, sem os custos e riscos jurídicos da locação direta de mão de obra. A economia manifesta-se pela prevenção de falhas sistêmicas que causariam a interrupção das sessões plenárias, cujo custo institucional e operacional de remarcação supera o valor mensal do contrato.

#### 2.12.1. DO NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS ECONÔMICOS

O agrupamento do objeto em lote único é imperativo para evitar a perda de economia de escala. O parcelamento geraria a contratação de múltiplos fornecedores para hardware, rede e audiovisual, criando conflitos de responsabilidade técnica em falhas que envolvam mais de um componente. Economicamente, a gestão de um único contrato integrado reduz custos indiretos de fiscalização e garante que a contratada responda pela integridade total da solução tecnológica da Câmara.

### 2.13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da solução de serviços de **TIC** trará uma série de benefícios diretos e indiretos para a Câmara Municipal de Resende, alinhados com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público:

#### 2.13.1. Benefícios Diretos



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**a) Redução do Tempo de Inatividade (Downtime):** O estabelecimento de SLAs rigorosos garantirão a rápida resolução de incidentes, minimizando o tempo em que os sistemas e equipamentos ficam indisponíveis e, conseqüentemente, reduzindo o impacto negativo sobre a produtividade dos setores.

**b) Aumento da Vida Útil dos Equipamentos:** A implementação de um cronograma de manutenções preventivas contribuirá para a conservação dos equipamentos de TIC, adiando a necessidade de novos investimentos em hardware e gerando economia de recursos públicos.

**c) Melhora na Qualidade das Transmissões:** O suporte presencial de um profissional qualificado resultará em transmissões mais estáveis, com maior qualidade de áudio e vídeo, fortalecendo a imagem institucional da Câmara e a transparência de seus atos.

**d) Padronização e Controle:** A centralização do suporte em um único prestador de serviço facilitará a padronização de procedimentos, a gestão do inventário e o controle sobre as configurações do ambiente de TIC, aumentando a segurança e a organização.

### 2.13.2. Benefícios Indiretos

**a) Foco na Atividade-Fim:** Ao transferir a responsabilidade pela execução da manutenção da rede, dos equipamentos e a operacionalização dos eventos para a CONTRATADA, a equipe de gestão de TIC da Câmara poderá se dedicar a atividades de maior valor agregado, como o planejamento estratégico, a prospecção de novas tecnologias e a governança de TIC, que são fundamentais para a modernização do Legislativo.

**b) Mitigação de Riscos Trabalhistas:** A contratação de uma empresa especializada, com a correta fiscalização do contrato, mitiga os riscos associados à caracterização de vínculo empregatício, transferindo para a contratada a responsabilidade pela gestão de pessoal, encargos e obrigações trabalhistas.

**c) Acesso a Conhecimento Especializado:** A contratação permite que a Câmara tenha acesso à expertise de uma empresa do setor, que pode trazer novas práticas de mercado, sugestões de melhoria e um conhecimento técnico que seria difícil e custoso de manter com uma equipe própria.

**d) Satisfação dos Usuários:** Um suporte técnico ágil e eficiente tende a aumentar o nível de satisfação dos servidores e vereadores, criando um ambiente de trabalho mais produtivo e com o apoio da tecnologia como o uso da tecnologia como uma ferramenta de apoio, e não como um obstáculo.

### 2.14. Recebimento do Objeto e Fiscalização Técnica

**a)** O recebimento dos serviços, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, será realizado em duas etapas: provisório e definitivo. A fiscalização técnica do contrato será contínua, seguindo um plano de rotina para garantir a qualidade e a conformidade da execução.

#### 2.14.1. Procedimentos de Recebimento

##### 1. Recebimento Provisório:

**1. Responsável:** Fiscal Técnico do Contrato.

**2. Periodicidade:** Mensal, a ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e do relatório de serviços pela contratada.

**3. Procedimento:** O fiscal técnico deverá analisar o relatório mensal de atividades, verificar o cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLA) através do cálculo do Índice de Desempenho Mensal



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

(IDM), e atestar que os serviços foram prestados a contento no período. Atestada a conformidade, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

## **2. Recebimento Definitivo:**

**1. Responsável:** Autoridade de TIC

**2. Periodicidade:** Mensal, a ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

**3. Procedimento:** O responsável pelo recebimento definitivo verificará a análise realizada pelo fiscal técnico, confirmará a correta aplicação de eventuais glosas ou sanções e, não havendo irregularidades, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, que constitui o ato final de ateste da despesa para fins de pagamento.

### **2.14.2. Plano de Rotina da Fiscalização Técnica**

Para assegurar o acompanhamento eficaz do contrato, o Fiscal Técnico deverá seguir o seguinte plano de rotina:

Periodicidade	Atividade de Fiscalização
Diária	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar a conformidade técnica dos chamados atendidos no dia e o cumprimento dos tempos de resposta estabelecidos.</li><li>• Acompanhar o andamento dos chamados críticos ou prioritários.</li><li>• Realizar alinhamento rápido com o técnico sobre as demandas do dia.</li></ul>
Semanal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revisar o relatório de chamados da semana, com foco no cumprimento dos SLAs de tempo de resposta e solução.</li><li>• Realizar inspeção visual dos principais equipamentos (servidores, racks, equipamentos de plenário).</li><li>• Conversar com uma amostra de usuários que tiveram chamados atendidos para aferir a qualidade do serviço.</li></ul>
Mensal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Receber e analisar criticamente o relatório mensal de serviços e o relatório de horas trabalhadas do técnico, encaminhados pela contratada</li><li>• Realizar o cálculo oficial do Índice de Desempenho Mensal (IDM) para apuração do cumprimento das metas.</li><li>• Consolidar as avaliações de satisfação dos usuários.</li><li>• Emitir o Termo de Recebimento Provisório, registrando todas as ocorrências, conformidades e eventuais não conformidades.</li><li>• Realizar reunião formal com o preposto da contratada para apresentar os resultados do mês, discutir problemas e alinhar melhorias.</li></ul>
Anual	<ul style="list-style-type: none"><li>• Receber e analisar o relatório consolidado com recomendações para reposição ou atualização de itens de TIC, conforme estabelecido na Seção 7.4.</li><li>• Elaborar um relatório anual de execução do contrato, consolidando as informações mensais e avaliando o desempenho geral da contratada, para subsidiar a decisão sobre a prorrogação contratual.</li></ul>



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

### 2.14.3. EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

Na forma da **IN SGD/ME nº 94/2022**, para fiscalizar a execução do objeto sugerimos que seja nomeada equipe de fiscalização composta por:

**a) Gestor do Contrato:** Chefe da Divisão de Controle de Contratos ou quem vier a substituí-la, com atribuições: gerenciais, preferencialmente da área requisitante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

**b) Fiscal Técnico do Contrato:** Carlos André Lima Ribeiro (titular) e Marcos Antônio Siqueira Junior (suplente), servidor representante da área de TIC, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato.

**c) Fiscal Administrativo do Contrato:** Ivan Fonseca Marinho Junior, servidor representante da área administrativa, indicado pela autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

**d) Requisitante do contrato:** É a autoridade de TIC da Câmara Municipal de Resende que é representada pelo Diretor do Departamento de Informática ou que vier a substituí-lo com atribuições: ratificar a fiscalização técnica e administrativa.

## 3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

### 3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

**3.1.1.** Não será adotado o sistema de registro de preços.

### 3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

**3.2.1.** Não, pois valor ultrapassa R\$80.000,00

### 3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

**3.3.1.** Será facultado às empresas interessadas, para perfeito conhecimento do objeto licitado, realização de vistoria técnica para colher informações que considerarem pertinentes para a formulação de suas propostas.

**3.3.2.** As vistorias técnicas serão realizadas mediante prévio agendamento de horário junto ao Departamento de Informática, pelo telefone (24) 3354-9269, ou e-mail: [informatica@cmresende.rj.gov.br](mailto:informatica@cmresende.rj.gov.br)

**3.3.3.** Não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento das condições prediais, das medidas aproximadas, das características do ambiente ou do grau de dificuldade não detectados quando da vistoria ou falta dela, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preço em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

### 3.4. Será admitida a participação de consórcios?

**3.4.1** Conforme previsão no Edital.

### 3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

**3.5.1** Conforme previsão no Edital.

### 3.6. Será admitida a subcontratação?



## **PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**3.6.1.** Não será permitida a subcontratação.

**3.7. Do agrupamento de itens em lotes.**

**3.7.1.** Não haverá agrupamento de itens por lote.

## **4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços.**

**4.1.1** O Pregoeiro poderá solicitar a Ficha Técnica do objeto para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços.

**4.2 Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):**

**4.2.1.** Poderá ser solicitada à PROPONENTE que apresentar o menor preço a apresentação de amostra, devidamente identificada com o CNPJ e o nome ou razão social da proponente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da solicitação.

**4.2.2.** A amostra, se solicitada, deverá ser entregue juntamente com a ficha técnica e/ou declaração com informações sobre as descrições técnicas do produto, bem como dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e pesos e dimensões.

**4.2.3.** A amostra solicitada deverá ser apresentada no horário de 12:30 às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no seguinte endereço: Local: Câmara Municipal de Resende -RJ - Endereço: Praça Doutor Oliveira Botelho nº 262 – Centro – Resende – Rio de Janeiro, no Departamento de Almoxarifado que fará o recebimento das amostras físicas para análise técnica futura.

**4.2.4.** A amostra, se solicitada, será avaliada mediante a realização de confrontação e/ou testes, quando for o caso, objetivando verificar a compatibilidade existente entre as especificações constantes deste Termo de Referência, e o material apresentado.

**4.2.5.** Caso a amostra, se solicitada, NÃO esteja de acordo com os critérios estabelecidos, será a mesma reprovada e a PROPONENTE será declarada desclassificada.

**4.2.6.** O produto apresentado como amostra, para melhor análise técnica, poderá ser aberto, manuseado, utilizado para verificação de sua funcionalidade e sendo devolvido ao licitante no estado que se encontrar no final da avaliação.

**4.2.7.** As despesas inerentes ao envio e devolução das amostras correrão por conta da sociedade empresarial PROPONENTE.

**4.2.8.** Os produtos deverão ser entregues com todos os acessórios e componentes existentes e relacionados neste Termo referência ora necessários para o funcionamento dos mesmos, não sendo aceito produtos incompletos ou fora de suas embalagens originais.

**4.2.9.** Poderá ainda haver uma solicitação de folders e imagens ou foto dos produtos por e-mail





## **5. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

### **5.1. Prazo de entrega/execução**

**5.1.1.** A **CONTRATANTE** fará o envio da Ordem de Serviço a **CONTRATADA** por e-mail, devendo a **CONTRATADA** realizar a formalização do pedido que será assinado pelo Fiscal do contrato no ato da entrega, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação;

### **5.2. Local, horário e endereço de entrega**

Local: Câmara Municipal de Resende -RJ Endereço: Praça Doutor Oliveira Botelho nº 262 – Centro – Resende – Rio de Janeiro, Horário: das 13:00 as 17:00 horas.
---

**5.2.1.** A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, mediante pagamento mensal.

**5.2.2.** Em caso de serviços fora dos padrões, deverá a **CONTRATADA** no prazo máximo indicado no item 2.4.1. deste Termo de Referência para corrigir as irregularidades.

### **5.3. Condições de entrega dos serviços**

**5.3.1.** Os objetos deste termo de referência serão recebidos em duas etapas:

**5.3.1.1.** Recebimento provisório: o material/serviços prestados será recebido provisoriamente no momento da entrega/finalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado;

**5.3.1.2.** Recebimento definitivo: no prazo de 05 dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do material /serviços que estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente;

**5.3.1.3.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos/serviços executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento, constatar-se que os fornecimentos/serviços foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa **CONTRATADA** deverá realizar a substituição/reparar no prazo máximo indicado no item 2.4.1. deste Termo de Referência;

**5.3.2.** A **CONTRATADA** garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido/serviços prestados, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;

**5.3.3.** Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir/reparar no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento;

**5.3.4.** Na hipótese de substituição/reparação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Câmara Municipal de Resende-RJ, no prazo máximo apontado no **item 5.3.1.3.** Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**5.3.5.** Se a **CONTRATADA** não substituir/reparar ou complementar o material/serviços entregue em desconformidade com as condições deste Termo de Referência, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

### **5.4. Garantia de execução do contrato**

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/21.

### **5.5. Garantia dos serviços**

**5.5.1.** A garantia dos produtos/serviços no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à Contratada neste Termo de Referência. Durante este período, os reparos e substituições decorrentes da garantia deverão ser realizados pela CONTRATADA, sem ônus a CMR/RJ.

**5.5.2.** Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia dos bens, iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito, nos termos do §3º, do artigo 26 da Lei nº 8.078/1990.

**5.5.3.** A garantia inclui a substituição do material/serviço defeituoso no prazo máximo indicado no item 2.4.1. deste Termo de Referência a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o CMR, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias corridos.

**5.5.4.** O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, deverá ser formalizado por e-mail.

**5.5.5.** A garantia inclui a execução total ou parcial dos serviços no prazo máximo indicado no item 2.4.1. deste Termo de Referência a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Resende.

## **6. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **6.1. DA CONTRATADA**

Obriga-se a empresa vencedora:

**6.1.1.** Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.1.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da visita, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**6.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.6.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo indicado no item 2.4.1. deste Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**6.1.7.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

**6.1.8.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**6.1.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 6.2. DA CONTRATANTE

Obriga-se a Administração/**CONTRATANTE**:

**6.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**6.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**6.1.3.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no momento do recebimento;

**6.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de comissão/servidor especialmente designado;

**6.1.5.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente dos objetos, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

**6.1.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**6.1.7.** Emitir nota de empenho e realizar o pedido de acordo com as condições estabelecidas e com prazos suficientes para que a entrega dos objetos ou prestação de serviços no prazo especificado neste Termo de Referência não prejudique o bom funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Resende;

**6.1.8.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: HELENICE DA SILVA BARRETO



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

Cargo: Chefe do Departamento de Contratos
Matrícula: 179
E-mail: contratos@cmresende.rj.gov.br

**Fiscal Técnico Titular:**

Nome: Carlos André Lima Ribeiro
Cargo: Técnico Legislativo
Matrícula: 181
E-mail: informatica@cmresende.rj.gov.br

**Fiscal Técnico Suplente**

Nome: Marcos Antônio Siqueira Junior
Cargo: Técnico Legislativo
Matrícula: 269
E-mail: informatica@cmresende.rj.gov.br

**Fiscal Administrativo:**

Nome: Ivan Fonseca Marinho Junior
Cargo: Técnico Legislativo
Matrícula: 162
E-mail: informatica@cmresende.rj.gov.br

**7.1.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

**8 – CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:**

**8.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de fornecimento (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da **CONTRATADA** indicada pela mesma;

**8.2.** Sobre os valores referentes a prestação de serviços, serão retidos, na fonte, pela **CONTRATANTE**, o percentual correspondente ao IRPJ, na forma definida pelas Instruções Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal (IN 1.234/2012), bem como as alíquotas correspondentes ao INSS e ISSQN, quando for o caso, cabendo à **CONTRATADA** destacar os percentuais devidos, quando da emissão das Notas Fiscais;

**8.3.** Em caso, da CONTRATADA se enquadrar no artigo 4º incisos III, IV ou XI da Instrução Normativa – RFB n.º 1.234/2012, esta deverá no ato da assinatura do Instrumento Contratual com a Contratante, apresentar 02 (duas) vias originais da declaração em conformidade com os modelos específicos na Instrução Normativa e em suas respectivas alterações;

**8.4.** As 02 (duas) vias citadas declarações deverão ser encaminhadas na forma original, assinadas e datadas conforme o dia do recebimento da Ordem de Compra/Serviço;



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

**8.5.** A declaração original, poderá ser apresentada por meio eletrônico, com utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), desde que, no documento a ser arquivado pela Contratante conste a assinatura digital do representante legal e a respectiva data de assinatura, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.

**8.6.** A CONTRATADA deverá informar ao Gestor do Contrato imediatamente, qualquer alteração na situação declarada;

**8.7.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;

**8.8.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA;

**8.9.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

**8.10.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

**8.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Órgão/Unidade Orçamentária	Programática	Natureza	Fonte
01.011	01.122.0030.2329	3.3.90.40.00	1.500

## **10. DO VALOR ESTIMADO**

O valor máximo estimado será de **R 146.739,22 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos).**

## **11. DO REAJUSTE**

**11.1.** O contrato decorrente desta Licitação poderá ser reajustado, decorrido o prazo de 01 (um) ano da apresentação da proposta, nos moldes do art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/21, a fim de preservar a equação econômico-financeira da relação jurídica, em face da variação ordinária de custos, caso em que será aplicado o índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI).

**11.2.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando situação econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revista, com a alteração do preço contratual para mais ou para menos,



**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

conforme o caso – através de termo aditivo – para que se mantenha o equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, nas situações previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

**11.3.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**11.4.** Acaso venha excepcionalmente a solicitar a revisão de preços, a Contratada deverá demonstrar efetivamente a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação idônea correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem efetivamente a afetação da equação financeira inicial.

**11.5.** O pedido deverá ser protocolado diretamente junto a Câmara de Vereadores do Município de Resende/RJ.

## **12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **12.1. Das Infrações Administrativas**

**12.1.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

**12.1.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**12.1.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**12.1.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**12.1.1.5.** não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**12.1.1.6.** não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.1.7.** enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

**12.1.1.8.** apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**12.1.1.9.** fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.1.10.** comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

**12.1.1.11.** pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**12.1.1.12.** pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **12.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

**12.2.1.** A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.





## PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

### 12.3. Da Aplicação das Sanções

**12.3.1.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**12.3.2.** A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

**12.3.2.1.** O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

**12.3.3.** A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

**12.3.4** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**12.3.5.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.3.6.** As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**12.3.7.** Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**12.3.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**12.4.** Poderão ser aplicadas as seguintes multas, conforme a gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
2	5% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
3	7% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
4	10% SOBRE O VALOR DO EMPENHO
5	10% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO, MAIS 5% AO DIA SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
6	30% SOBRE O VALOR DO PRODUTO A SER GARANTIDO, MAIS 2% AO DIA POR ATRASO SOBRE O VALOR DO PRODUTO.
7	20% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO.

**12.5.** Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA	GRAU
PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA.	5
SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, O FORNECIMENTO/ENTREGA DOS PRODUTOS POR DIA E POR NOTA DE EMPENHO.	3
ATRASAR A ENTREGA INJUSTIFICADAMENTE, POR EMPENHO E POR DIA	2
ENTREGAR PRODUTO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E PROPOSTA SEM MOTIVO JUSTIFICADO; POR OCORRÊNCIA	4
ENTREGAR PRODUTOS USADOS, RECONDICIONADOS E OU REMANUFATURADOS, POR PRODUTO.	4
ENTREGAR PRODUTO MAL EMBALADO OU COM EMBALAGEM DANIFICADA E OU VIOLADA, POR OCORRÊNCIA	2



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026**

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

ENTREGAR PRODUTO COM APRESENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM A DESCRITA NO EDITAL, POR OCORRÊNCIA.	<b>2</b>
FORNECER INFORMAÇÃO PÉRFIDA DE SERVIÇO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL; POR OCORRÊNCIA.	<b>2</b>
REUTILIZAR MATERIAL, PEÇA OU EQUIPAMENTO SEM ANUÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA.	<b>3</b>
DER CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DA ATA/CONTRATO	<b>7</b>
<b>AINDA, DEIXAR DE:</b>	
ZELAR PELAS INSTALAÇÕES DA CMR/RJ NO MOMENTO DA ENTREGA, POR OCORRÊNCIA.	<b>1</b>
CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	<b>1</b>
MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA; POR ITEM, POR OCORRÊNCIA.	<b>1</b>
CUMPRIR HORÁRIO DE ENTREGA ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA	<b>1</b>
CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS FUNCIONÁRIOS; POR OCORRÊNCIA.	<b>2</b>
CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	<b>2</b>
SUBSTITUIR OS PRODUTOS, ÀS SUAS CUSTAS, QUANDO PROTEGIDO PELA RESPECTIVA GARANTIA.	<b>6</b>

**12.5.1.** A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata/contrato com esse fornecedor.

**12.5.2.** O valor da multa poderá ser descontado dos valores devidos à contratada.

**12.5.3.** Se os valores devidos forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

**12.5.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Resende/RJ, 10 de junho de 2026.

**RAQUEL DA SILVA CARVALHO**  
**Assessor de Planejamento de Contratos e Licitações**  
**Mat.: 674**



**PODER LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

[www.cmresende.rj.gov.br](http://www.cmresende.rj.gov.br)

[pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br](mailto:pregoeiro2@cmresende.rj.gov.br)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC E DA REDE ESTRUTURADA**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM SERVIDORES  
DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui vínculo familiar e/ou de parentesco com os Servidores e Agentes Públicos do Poder Legislativo Municipal, estando ciente da vedação disposta no artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Resende, nos seguintes termos:

*Art. 17 - Ao servidor público do Município é vedado ser proprietário, controlar direta ou indiretamente, ou fazer parte da administração de empresa privada fornecedora de suas instituições ou que delas dependa para controle ou credenciamento e, na forma da lei:*

*I - as vedações deste artigo estendem-se aos parentes diretos, consanguíneos ou afins, assim como a seus prepostos;*

*II - as vedações deste artigo estendem-se aos detentores de cargo eletivo da esfera municipal;*

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

*Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.*

Resende, ..... de ..... de .....

.....  
**ASSINATURA DO DECLARANTE**